

Lex
4 meses de trabalho
e um batalhão
de advogados

O trabalho por detrás do IPO da Greenvolt

ASSESSORIA JURÍDICA AO IPO DA GREENVOLT

Quatro meses de trabalho e um batalhão de advogados

Preparar contratos, elaborar e rever prospetos que cumpram as regras europeias, obter a aprovação dos reguladores ou assessorar intermediários financeiros, com tudo isto se faz uma entrada em bolsa, como a mais recente, da Greenvolt.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

Foram precisos quatro meses de trabalho, que envolveram mais de 40 advogados, para que a Oferta Pública Inicial (IPO) da Greenvolt, empresa do setor das energias renováveis, chegasse a bom porto e se tornasse uma das poucas estreias na bolsa nacional nos últimos anos. As respetivas ações começaram a ser negociadas na Euronext Lisbon na última semana, depois de um processo “exigente” de assessoria jurídica assegurada pelas sociedades de advogados Vieira de Almeida (VdA) e PLMJ.

Mas que tipo de trabalho é pedido aos advogados num processo como este? Pedro Cassiano Santos, sócio da área de Bancário e Financeiro da VdA, firma que assessorou a empresa de energia, explica ao Negócios que, “numa operação desta natureza, com admissão de ações da emitente [Greenvolt] à negociação em mercado organizado, o trabalho dos advogados corresponde essencialmente à redação do prospeto e ao acompanhamento da respetiva preparação e aprovação pela autoridade

de regulatória”, no caso, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Na elaboração do chamado prospeto de admissão para que a empresa possa ser cotada em bolsa, os assessores jurídicos têm de assegurar que o mesmo “contém informação completa e atualizada e que cumpre as exigências da lei e regulamento europeu que disciplina esta matéria”, frisa ainda Cassiano Santos.

Esta tarefa fica usualmente a cargo dos advogados da empresa

emitente, assumindo os advogados dos intermediários financeiros, que assistem na realização do IPO, funções de revisão do prospeto preparado pelos assessores jurídicos da firma que entra em bolsa.

“Tratando-se de um IPO, há uma lógica de estreita colaboração entre ambas as equipas, na preparação, negociação e revisão de toda a documentação necessária para a concretização da oferta e gestão da transação como um todo”, evidencia por seu turno Raquel Azevedo, sócia e especialista em Bancário e Financeiro na PLMJ, sociedade que assessorou o BNP Paribas e o CaixaBank, instituições bancárias que funcionaram como “joint global coordinators” desta operação.

No caso específico da Greenvolt, a circunstância de esta ser uma empresa que nasceu com vários projetos associados, o trabalho pedido aos assessores jurídicos, no caso a VdA, acabou por incidir também “na montagem dos seus sistemas de governança e no acompanhamento das várias deliberações sociais adotadas no



O trabalho dos advogados que antecedeu

contexto do IPO e respetiva divulgação ao mercado”, frisa Pedro Cassiano Santos.

Importa aliás referir que esta operação incluiu também uma parcela do aumento de capital reservada ao acionista parceiro na Polónia V-Ridium, uma outra parcela distribuída em espécie aos acionistas da Altri [grupo a que pertence a empresa de energia] e um mecanismo de “greenshoe”, em que uma parcela suplementar das ações da emitente foi deixada em opção aos intermediários financeiros que apoiaram a operação.

Segundo Raquel Azevedo, esta “operação foi particularmen-

OITO SÓCIOS COORDENAM OPERAÇÃO GREENVOLT

Seis advogados sócios da VdA e outros dois da PLMJ coordenaram as respetivas equipas na operação jurídica que ajudou a Greenvolt a iniciar a negociação das suas ações em bolsa.



PEDRO CASSIANO SANTOS
Sócio da VdA na área de Bancário & Financeiro



HUGO MOREDO SANTOS
Sócio da VdA na área de Bancário & Financeiro



ANA LUÍSA DE SOUSA
Sócia da VdA na área de Energia & Recursos Naturais



cerimónia simbólica de entrada em bolsa, em julho, começou em fevereiro.

te célere – demorou cerca de quatro meses – mas, tipicamente, um IPO pode demorar, em média, perto de seis meses”.

De resto, Pedro Cassiano Santos enfatiza a preparação em tempo recorde desta operação, como foi referido pelo próprio CEO da empresa emitente, João Manso Neto, na cerimónia ocorrida na Euronext Lisbon para apuramento dos resultados da operação. Todo o trabalho foi feito entre meados de fevereiro e meados de julho de 2021. “O calendário de execução desta operação com todos os aspetos que lhe estiveram associados foi mesmo muito exigente”, desabafa o sócio da VdA. ■

“O calendário de execução desta operação [...] foi mesmo muito exigente”, assegura o advogado Pedro Cassiano Santos.

De um lado, a Vieira de Almeida & Associados (VdA) a assessorar a Greenvolt – Energias Renováveis. Do outro, a PLMJ a dar apoio jurídico aos intermediários financeiros, os bancos BNP Paribas e Caixa-Bank. Na Oferta Pública Inicial (IPO) e na admissão para negociação das ações da empresa de energias renováveis na Euronext Lisbon, nas duas sociedades de advogados, foram envolvidos mais de quatro dezenas de profissionais.

No caso da VdA, a equipa responsável foi liderada pelos sócios Hugo Moredo Santos e Pedro Cassiano Santos (área de Bancário & Financeiro), Ana Luís de Sousa (Energia & Recursos Naturais), Vanda Cascão (Energia & Recursos Naturais), Paulo Trindade Costa (M&A) e Isabel Gião de Andrade (Corporate Governance).

A equipa que apoiou a Greenvolt contou ainda com a participação de diversos advogados das várias áreas de prática envolvidas, num total

Vieira de Almeida e PLMJ foram as duas firmas de advocacia que estiveram envolvidas na assessoria a esta operação.

de 30 associados, que incluíram Sofia Bobone (Corporate Governance), Ricardo Seabra Moura (Direito Fiscal), Inês Perez Sanchez, Soraia Ussene e José Miguel Carracho (Bancário & Financeiro), Maria Gorjão Henriques (Energia & Recursos Naturais) e Pedro Sasseti Coimbra (M&A).

Já a PLMJ assessorou os “joint global coordinators” – os bancos BNP Paribas e Caixa-Bank – no âmbito da referida oferta pública inicial. Para acompanhar esta transação, a sociedade criou uma equipa multidisciplinar coordenada por Raquel Azevedo (sócia da

área de Bancário e Financeiro e de Mercado de Capitais), e João Marques Mendes (sócio coordenador da área de Energia).

A equipa integrou ainda André Figueiredo, sócio coordenador da área de Bancário e Financeiro e Mercado de Capitais, e os associados Rui Vasconcelos Pinto (Direito Público), Alexandre Norinho de Oliveira (Mercado de Capitais), Sara Asseiceiro (Mercado de Capitais), Dinis Tracana (Fiscal) e Francisca Resende Gomes (Mercado de Capitais).

Com esta operação, terminada na semana passada, a Greenvolt concluiu o registo de aumento do seu capital de 177 milhões de euros para 247,6 milhões, uma operação realizada no âmbito do IPO, cujo período de subscrição terminou a 12 de julho. No total foram emitidas 41,8 milhões de novas ações, sendo que 30,6 milhões foram subscritos por investidores qualificados e as outros 11,2 milhões pela polaca V-Ridium. ■



VANDA CASÇÃO
Sócia da VdA na área de Energia & Recursos Naturais



PAULO TRINDADE COSTA
Sócio da VdA na área de Fusões e Aquisições



ISABEL GIÃO DE ANDRADE
Sócia da VdA na área de Corporate Governance



RAQUEL AZEVEDO
Sócia da PLMJ na área de Bancário & Financeiro



JOÃO MARQUES MENDES
Sócio da PLMJ, coordenador da área de Energia